

Paulo Renato teme falta de verbas para a Educação

Ministro não concorda com corte de 10% no orçamento de sua pasta

• BRASÍLIA. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, já avisou ao secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, que não concorda com o corte de 10% no orçamento de sua pasta para o ano que vem, estabelecido pela equipe econômica. A informação é do secretário-executivo do MEC, Luciano Patrício. Segundo ele, se o corte chegar mesmo a 10% (R\$ 465,7 milhões), o ministério terá de acabar com dois ou três grandes programas.

— Com um corte desse tamanho, nem sei por onde começar. Não dá para mandar todos os programas do MEC para o purgatório. Vamos ter de escolher e mandar logo dois ou três para o inferno — disse o secretário-executivo.

Equipe econômica critica recursos para universidades

O MEC não pôs no Orçamento de 99 qualquer projeto grande que possa ser adiado. Por isso, o corte teria de ser feito em programas que estão em andamento e que têm verbas fixas. Alguns são considerados essenciais pelo ministro Paulo Renato por serem imprescindíveis para a evolução do ensino fundamental no país, como a distribuição da merenda escolar (R\$ 900 milhões por ano), do livro didático (R\$ 300 milhões por ano) ou o programa chamado Dinheiro na Escola (R\$ 300 milhões).

A área econômica acha absurdo o gasto de R\$ 600 milhões com o custeio das 52 universidades federais, onde estudam menos de 50 mil alunos, mas segundo o secretário, metade dessa verba é usada para pagar despesas fixas de pessoal. Sobram R\$ 300 milhões para o pagamento de contas de luz, água, telefone, empresas de segurança e outras despesas de custeio.

— As universidades já estão pedindo mais R\$ 150 milhões para o custeio em 99. Se ainda cortamos parte desses R\$ 300 milhões, o mundo cai na cabeça do ministro — disse Luciano Patrício.

Crédito educativo recebe R\$ 170 milhões

O MEC também destina R\$ 170 milhões ao programa de crédito educativo, de empréstimos a alunos pobres que estudam em universidades privadas. Se houver corte, os alunos teriam de interromper seus cursos. Os outros programas todos, segundo o secretário-executivo do ministério da Educação, recebem uma verba inferior a R\$ 100 milhões. ■